

COM BASE NO EDITAL N^a 01/2026



SME BÚZIOS-RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR DOCENTE I (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✗ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SME BÚZIOS RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS -
RIO DE JANEIRO

**PROFESSOR DOCENTE I (EDUCAÇÃO
INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL)**

EDITAL N^A 01/2026

CÓD: OP-016FV-26
7908403587766

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Leitura e compreensão de textos variados; coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto; conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido; relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização	7
2.	Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo; gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos.....	15
3.	Estrutura, classificação e formação de palavras	19
4.	Funções e classes de palavras; flexão nominal e verbal; verbos: pessoa, número, tempo e modo; vozes verbais; transitividade verbal e nominal; pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	21
5.	Regência verbal e nominal	28
6.	Figuras de linguagem	29
7.	Funções da linguagem	33
8.	Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	33
9.	Acentuação gráfica.....	34
10.	Pontuação: regras e efeitos de sentido; recursos gráficos: regras, efeitos de sentido.....	35
11.	Sintaxe do período simples; coordenação e subordinação.....	37
12.	Crase	41
13.	Ortografia.....	42

Legislação Educacional

1.	Lei orgânica municipal	53
2.	Estatuto dos servidores públicos municipais de armação de búzios	105
3.	Estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069/90	121
4.	Lei de diretrizes e bases da educação - lei federal nº 9.394/96.....	162
5.	Lei brasileira de inclusão - lei federal nº 13.146/15.....	182
6.	Plano nacional de educação - lei federal nº 13.005/14	201
7.	Base nacional comum curricular.....	203
8.	Plano municipal de educação de armação de búzios/rj	204
9.	Diretrizes curriculares nacionais para educação básica	204
10.	Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana – resolução nº 1/2024,	205
11.	Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.....	206
12.	Diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos.....	206
13.	Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos	210
14.	Pccr do magistério de armação dos búzios.....	218

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos

Professor Docente I (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

1.	Teoria de aprendizagem. desenvolvimento da criança (cognitivo, afetivo, motor e perceptivo).....	237
2.	Avaliação.....	243
3.	Planejamento.....	244
4.	Prática pedagógica e o processo de construção do conhecimento	247
5.	Interdisciplinaridade e projetos	248
6.	Democratização da escola pública.....	254
7.	Novas tendências e competências.....	260
8.	Projeto político pedagógico	262
9.	Educação inclusiva	264
10.	Atendimento educacional aos alunos com deficiência.....	269
11.	Bullying	272
12.	Curriculum na perspectiva da inclusão/currículo adaptado	274
13.	Teorias do currículo.....	275
14.	Recursos de ensino	278
15.	História da educação.....	283
16.	Aspectos filosóficos, psicológicos e sociológicos da educação	290
17.	Sistema nacional de educação básica	294
18.	Ideb	302
19.	Distúrbios da aprendizagem	314
20.	Noções de meio ambiente, ética, saúde e pluralidade cultural em interface com os parâmetros curriculares nacionais ..	315
21.	Legislação educacional atualizada: constituição federal.....	322
22.	Lei de diretrizes e bases da educação - lei federal nº 9.394/96.....	325
23.	Plano nacional de educação - lei federal nº 13.005/14	325
24.	Estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069/90	325
25.	Base nacional comum curricular.....	326
26.	Questões	326
27.	Lei brasileira de inclusão - lei federal nº 13.146/15.....	326
28.	Plano municipal de educação de armação de búzios/rj e atribuições do cargo de professor docente i (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental)	326
29.	Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.....	326

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS; COESÃO E COERÊNCIA: MECANISMOS, EFEITOS DE SENTIDO NO TEXTO; CONECTIVOS: CLASSIFICAÇÃO, USO, EFEITOS DE SENTIDO; RELAÇÃO ENTRE AS PARTES DO TEXTO: CAUSA, CONSEQUÊNCIA, COMPARAÇÃO, CONCLUSÃO, EXEMPLIFICAÇÃO, GENERALIZAÇÃO, PARTICULARIZAÇÃO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema

denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

AMOSTRA

▪ **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

► Exemplos Práticos

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1997

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo do Município de Armação dos Búzios, reunidos na Sede da Câmara Municipal, no exercício de nossos mandatos, em perfeito acordo com a vontade política dos cidadãos do Município quanto à necessidade de ser constituída uma ordem jurídica democrática, voltada à mais ampla defesa da liberdade, da igualdade, da justiça social, do desenvolvimento e do bem-estar social, numa sociedade solidária, democrática, policultural, pluriétnica, sem preconceitos nem discriminação, no exercício das atribuições que nos conferem o art. 29, da Constituição da República Federativa do Brasil e o art. 345, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, sob a proteção de DEUS, PROMULGAMOS a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS.

TÍTULO I PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Fonte do Poder

Art. 1º. Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e desta Lei Orgânica.

Parágrafo único O exercício do poder só é legítimo quando no interesse do povo.

Soberania Popular

Art. 2º. A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência, e será exercida:

I – pelo sufrágio universal e pelo voto direto e aberto com valor igual para todos; (Redação dada pela Emenda nº. 1/2001)

II – pelo plebiscito e pelo referendo;

III – pela iniciativa popular no processo legislativo;

IV – pela participação nas decisões do Município;

V – pela ação fiscalizada sobre a administração pública.

Princípios e Objetivos

Art. 3º. O Município de Armação dos Búzios tem como princípios e objetivos fundamentais os inscritos na Constituição Federal ou inerentes ao seu regime político.

§ 1º O Município promoverá os valores que fundamentam a existência do Estado brasileiro, resguardando a soberania da Nação e de seu povo, a dignidade da pessoa humana, a livre iniciativa, o caráter social do trabalho e o pluralismo, visando a edificação de sociedade livre, justa e fraterna, isenta de arbítrio e preconceitos, assentada no regime democrático.

§ 2º Através da lei e dos demais atos de seus órgãos, o Município buscará assegurar imediata e plena efetividade dos direitos e franquias individuais e coletivos sancionados na Constituição da República, bem como de quaisquer outros decorrentes do regime e dos princípios que ela adota e daqueles constantes dos atos internacionais firmados pelo Brasil.

§ 3º Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, cor, estado civil, orientação sexual, atividade física, mental ou sensorial, ou qualquer particularidade, condição social ou, ainda, por ter cumprido pena ou pelo fato de haver litigado ou estar litigando com órgãos municipais na esfera administrativa ou judicial.

§ 4º É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de culto e sua liturgia, na forma da legislação.

§ 5º O Município estabelecerá sanções de natureza administrativa a quem pregar a intolerância religiosa ou incorrer em qualquer tipo de discriminação, independentemente das sanções criminais.

§ 6º É assegurado a todo cidadão, independentemente de sexo ou idade, o direito à prestação de concurso público.

Ações e Omissões do Poder Público

Art. 4º. As ações e omissões do Poder Público que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais serão sanadas na esfera administrativa, no prazo de trinta dias, contados do recebimento de requerimento pôr escrito do interessado, sob pena de responsabilidade da autoridade competente.

Direito de Informação

Art. 5º. Todos têm direito de tomar conhecimento, gratuitamente, do que constar a seu respeito nos registros ou bancos de dados públicos municipais, bem como, do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir a qualquer tempo retificação e atualização das mesmas, mediante requerimento por escrito.

AMOSTRA

Dados Individuais

Art. 6º. Não poderão ser objeto de registro os dados referentes a convicções filosóficas, políticas e religiosas, e a filiações partidárias e sindicais, nem os que digam respeito à vida privada e à intimidade pessoal, salvo quando se tratar de processamento estatístico não individualizado.

Participação da Coletividade

Art. 7º. O Município assegurará e estimulará, em órgãos colegiados, constituídos por lei, a participação da coletividade na formulação e execução de políticas públicas e na elaboração de planos, programas e projetos municipais.

Direitos à Liberdade e Greve

Art. 8º. O Município assegurará, nos limites de sua competência:

I – a liberdade de associação profissional ou sindical;

II – o direito de greve; competindo aos trabalhadores decidirem sobre a oportunidade de exercê-la e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

Idosos e adolescentes

Art. 9º. O Município buscará assegurar:

I – à criança, ao adolescente e ao idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à moradia, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar comunitária e à primazia no recebimento de proteção e socorro, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação exploração, violência, crueldade e opressão.

II – às pessoas portadoras de qualquer deficiência e plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades, assegurando a todos uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana, a educação especializada, serviços de saúde, trabalho, esporte e lazer;

Parágrafo único Incumbe ao Poder Público: Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica nº 21, de 22 de dezembro de 2021.

I – destinar ao Fundo Municipal do idoso, anualmente, no mínimo 1% (um por cento) da receita proveniente dos

Royalties do Petróleo, podendo aumentar referido montante por Decreto; Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica nº 21, de 22 de dezembro de 2021.

II – destinar ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, anualmente, no mínimo 1% (um por cento) da receita proveniente dos Royalties do Petróleo, podendo aumentar referido montante por Decreto; Inclusão feita pelo Art.

1º. - Emenda à Lei Orgânica nº 21, de 22 de dezembro de 2021.

III – destinar ao Fundo Municipal de Assistência à Mulher, anualmente, no mínimo 1% (um por cento) da receita proveniente dos Royalties do Petróleo”, podendo aumentar referido montante por Decreto. Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica nº 21, de 22 de dezembro de 2021.

IV – Destinar ao Fundo de Integrado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, anualmente, no mínimo 1% (um por cento) da receita proveniente dos Royalties do Petróleo, podendo aumentar o referido montante por Decreto. Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 24 de junho de 2025.

TÍTULO II ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Autonomia do Município

Art. 10. O Município de Armação de Búzios, pessoa jurídica de direito público interno, unidade territorial integrante da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é dotada, nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro e por esta Lei Orgânica, de autonomia:

I – política, pela eleição direta do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;

II – financeiras pela instituição e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas;

III – administrativa, pela organização dos serviços públicos locais e administração própria dos assuntos de interesse local;

IV – legislativa, através do exercício pleno pela Câmara Municipal das competências e prerrogativas que lhe são conferidas pela Constituição da República, pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro e por esta Lei Orgânica.

§ 1º O Município rege-se por esta Lei Orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição da República e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º O Município poderá celebrar convênios ou consórcios com a União, Estados e Municípios ou respectivos entes da administração indireta e fundacional, para execução de suas leis, serviços ou decisões administrativas pôr servidores federais, estaduais ou municipais.

§ 3º Da celebração do convênio ou consórcio e seu intérprete será dada ciência à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e à Procuradoria-Geral do Município se houver; a Câmara e a Procuradoria-Geral manterão registros especializados e formais desses instrumentos jurídicos.

a) Todo o convênio ou consórcio deve mencionar os nomes das partes e os seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura e o número do convênio ou consórcio. (Redação dada pela Emenda 04/2013)

b) A publicação resumida do instrumento do convênio ou consórcio e de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte de sua assinatura, para acorrer no prazo de vinte dias, daquela data, qualquer que seja seu valor, ainda que sem ônus; (Redação dada pela Emenda 04/2013)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TEORIA DE APRENDIZAGEM. DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (COGNITIVO, AFETIVO, MOTOR E PERCEPTIVO)

A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem é uma área central nos estudos educacionais, pois busca compreender os processos pelos quais os indivíduos se desenvolvem física, emocional, cognitiva e socialmente, além de explicar como ocorre o aprendizado ao longo da vida. Essa área de estudo, originada na interseção entre psicologia e educação, fornece bases teóricas e práticas que ajudam os educadores a adaptar suas estratégias de ensino às diferentes fases do desenvolvimento dos alunos, facilitando a construção de conhecimento e habilidades.

No contexto escolar, é essencial que os professores compreendam as transformações que ocorrem em cada etapa do desenvolvimento humano e as diversas formas como o aprendizado pode se manifestar, de modo a promover um ambiente de ensino inclusivo e estimulante. A partir de teorias e estudos científicos, como os de Jean Piaget e Lev Vygotsky para o desenvolvimento cognitivo, ou Erik Erikson para o desenvolvimento psicosocial, educadores conseguem compreender melhor os limites e as potencialidades dos alunos. Essas teorias explicam, por exemplo, como as crianças e os adolescentes percebem e interagem com o mundo, desenvolvendo habilidades cognitivas, como a resolução de problemas, e emocionais, como a autoconfiança.

Além disso, as teorias da aprendizagem, como o behaviorismo, o cognitivismo e a teoria da aprendizagem social, oferecem modelos que elucidam o processo pelo qual as pessoas assimilam e retêm novos conhecimentos. Elas mostram que fatores como reforço positivo, observação e processos mentais internos são fundamentais na construção do conhecimento, permitindo que o ensino seja planejado para maximizar o engajamento e o desenvolvimento dos alunos.

Assim, ao estudar a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, educadores obtêm ferramentas para planejar aulas que respeitem as diferentes fases e estilos de aprendizagem dos estudantes, promovendo uma educação mais personalizada e eficaz.

► Teorias do Desenvolvimento Cognitivo

As teorias do desenvolvimento cognitivo oferecem modelos fundamentais para entender como as capacidades mentais e o pensamento se desenvolvem ao longo da vida. Duas das principais abordagens nesse campo foram elaboradas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de possuírem perspectivas distintas, forneceram insights que transformaram o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo, especialmente no contexto educacional.

► Teoria de Jean Piaget: Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget (1896–1980), um psicólogo suíço, foi pioneiro na compreensão de como as crianças constroem seu entendimento do mundo. Ele acreditava que o desenvolvimento cognitivo é um processo ativo, em que as crianças interagem com o ambiente, formulam hipóteses, testam-nas e ajustam suas ideias com base nos resultados. Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento, cada um caracterizado por novas capacidades cognitivas e diferentes formas de entender a realidade:

Estágio Sensório-Motor (0-2 anos):

Neste estágio, o aprendizado ocorre por meio das interações diretas com o ambiente através dos sentidos e movimentos corporais. O bebê desenvolve a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir, mesmo quando não estão visíveis. A ausência dessa compreensão faz com que, por exemplo, o bebê perca o interesse em um brinquedo escondido.

Estágio Pré-Operatório (2-7 anos):

Marcado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, neste estágio a criança começa a usar palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu pensamento é ainda limitado pela egocentricidade (dificuldade em ver as coisas de outra perspectiva) e pelo pensamento animista (atribuir vida a objetos inanimados).

Estágio das Operações Concretas (7-11 anos):

Aqui, a criança começa a desenvolver a lógica concreta, conseguindo realizar operações mentais que envolvem objetos reais e situações práticas. Conceitos como conservação (entendimento de que certas propriedades, como quantidade, permanecem as mesmas mesmo quando a forma do objeto muda) e classificação (capacidade de organizar objetos em categorias) são aprendidos.

Estágio das Operações Formais (a partir dos 11 anos):

Este estágio é caracterizado pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio abstrato e hipotético. O adolescente torna-se capaz de pensar sobre ideias complexas, elaborar hipóteses e considerá-las logicamente, mesmo que não estejam diretamente ligadas à realidade. Esse tipo de pensamento permite a resolução de problemas complexos e a formação de ideologias pessoais.

► Teoria de Lev Vygotsky: Desenvolvimento Cognitivo e a Influência Sociocultural

Lev Vygotsky (1896 – 1934), psicólogo russo, também estudou o desenvolvimento cognitivo, mas enfatizou a importância do contexto social e cultural nesse processo. Diferente de Piaget, Vygotsky acreditava que o aprendizado antecede o



AMOSTRA

desenvolvimento, e que este ocorre por meio de interações com outras pessoas, especialmente adultos e pares mais experientes. Para ele, o conhecimento é construído a partir de mediações sociais e culturais. Seus principais conceitos incluem:

Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):

A ZDP é a diferença entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que ela pode realizar com a ajuda de alguém mais experiente. Para Vygotsky, a aprendizagem é maximizada quando ocorre dentro da ZDP, ou seja, quando o ensino é direcionado para atividades que a criança ainda não consegue fazer sozinha, mas que pode aprender com ajuda. Esse conceito destaca a importância do andamento guiado, onde o professor ou colega mais experiente apoia a criança, ajudando-a a avançar no desenvolvimento.

Mediação e Ferramentas Culturais:

Vygotsky enfatiza que o uso de ferramentas culturais, como a linguagem e outros sistemas simbólicos (arte, matemática, escrita), é fundamental para o desenvolvimento cognitivo. A linguagem, em especial, desempenha um papel central, pois é por meio dela que o pensamento se organiza e se torna cada vez mais complexo. A fala interna, que surge na infância como uma forma de diálogo com os outros e se torna pensamento interiorizado, é uma ferramenta que permite a autorregulação e a solução de problemas.

Aprendizagem como Processo Social:

Para Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo é indissociável do ambiente social. O aprendizado ocorre, principalmente, nas interações com outros, onde o estudante internaliza conhecimentos e práticas culturais. O processo de internalização permite que as funções mentais superiores, inicialmente realizadas em colaboração com o outro, se tornem funções internas.

Comparação entre Piaget e Vygotsky:

Aspecto	Piaget	Vygotsky
Foco do Desenvolvimento	Interação com o ambiente físico	Interação com o ambiente social
Sequência de Desenvolvimento	A criança passa por estágios que devem ocorrer em ordem sequencial (universais)	O desenvolvimento não é universal e depende do contexto cultural
Aprendizagem e Desenvolvimento	O desenvolvimento precede a aprendizagem, que ocorre quando o aluno está "pronto"	A aprendizagem precede o desenvolvimento e impulsiona as novas competências

Papel do Educador	Observador, criando ambientes que estimulem descobertas autônomas	Facilitador ativo, que orienta o aluno dentro da ZDP
--------------------------	---	--

Implicações para a Educação:

A aplicação prática dessas teorias sugere abordagens educacionais diferentes. Enquanto a perspectiva de Piaget apoia a ideia de atividades autônomas e exploração do ambiente, a de Vygotsky incentiva o ensino interativo e colaborativo, valorizando o papel do professor e dos colegas como mediadores do conhecimento.

1. Com base em Piaget, o ensino deve propor atividades adequadas ao estágio de desenvolvimento dos alunos, respeitando suas limitações cognitivas e estimulando seu potencial para descobrir por si próprios.

2. Com base em Vygotsky, o ensino deve aproveitar a ZDP dos alunos, propondo atividades que desafiem o aluno com o apoio do professor e colegas mais experientes. A prática colaborativa e a troca de conhecimento em grupo são recomendadas, valorizando o contexto social e cultural no qual o aluno está inserido.

As teorias do desenvolvimento cognitivo de Piaget e Vygotsky são complementares, oferecendo uma compreensão ampla do desenvolvimento humano. Enquanto Piaget nos guia sobre as capacidades e limitações do pensamento em diferentes idades, Vygotsky enfatiza a importância do contexto social e do aprendizado mediado. Ambas as teorias são essenciais para um planejamento pedagógico que atenda às necessidades dos alunos, promovendo seu desenvolvimento de forma integrada e contextualizada.

►Teorias da Aprendizagem

As teorias da aprendizagem são fundamentais para entender como o ser humano adquire, processa e retém o conhecimento. Elas fornecem uma base teórica para que educadores e psicólogos compreendam os diferentes mecanismos envolvidos no aprendizado, além de fornecerem subsídios para a criação de estratégias pedagógicas eficazes.

Entre as principais abordagens estão o Behaviorismo, a Teoria Cognitiva e a Teoria da Aprendizagem Social, cada uma com ênfases e implicações distintas para a prática educacional.

Behaviorismo:

O behaviorismo, desenvolvido por pesquisadores como John Watson e B.F. Skinner, foca no estudo de comportamentos observáveis e acredita que o aprendizado é fruto de associações entre estímulos e respostas. A premissa básica dessa teoria é que todo comportamento pode ser moldado por meio de reforços e punições, sendo a aprendizagem o resultado dessas associações e condições externas.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

The image shows the front cover of a booklet titled "SME BÚZIOS-RJ". The cover is red and white. At the top left, it says "COM BASE NO EDITAL N° 21/2026". In the top right corner is the "opção" logo. The main title "SME BÚZIOS-RJ" is written in large, bold, white letters. Below the title, it says "SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS - RIO DE JANEIRO". The bottom left contains the job title "PROFESSOR DOCENTE I (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)". To the right of the text is a black and white photograph of a woman, presumably a teacher, smiling. At the very bottom, there is a list of subjects: "Língua Portuguesa", "Legislação Educacional", and "Conhecimentos Específicos".